



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 0322695-9 Vara Cível da Comarca de Ipojuca

Embargante: ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S/A

Embargado: P. S. FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA.

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. O Embargante tenta em sede de embargos de declaração revisitar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC.
2. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0322695-9, ACORDAM os Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos Declaratórios, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 11 de Junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 0322695-9 **Vara Cível da Comarca de Ipojuca**

Embargante: ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S/A

Embargado: P. S. FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA.

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

Relatório

Tratam-se de Embargos Declaratórios interpostos em face de acórdão (fl. 74) lavrado nos autos de Agravo de Instrumento de mesmo número, que deu provimento ao recurso para possibilitar o levantamento dos valores depositados, sobretudo, por se tratar de execução definitiva, fundamentando no artigo 587, do CPC, e Súmula 317 do STJ.

A decisão embargada foi nítida ao consignar que, *ipsis litteris*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE DECISÃO AGRAVADA. DISPENSÁVEL. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO COM O INTEIRO TEOR DA DECISÃO AGRAVADA. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DUPLICATAS. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO DEFINITIVA. CAUÇÃO. DESNECESSIDADE. AGRAVO PROVIDO.

1. Não se mostra imprescindível a cópia da decisão agravada quando a mesma constar inteiramente na certidão de intimação, sendo, nesse particular, suficiente para cumprir o disposto no art. 525, I, do CPC.
2. Em se tratando de execução definitiva, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça afirma que, quando não houver controvérsia sobre o *quantum debeatur*, torna-se possível o levantamento de soma em dinheiro depositada, sendo, ainda, desnecessária a prestação de caução.
3. O condicionamento da liberação ao trânsito em julgado diz respeito apenas a valor controverso. Portanto, deve ser autorizada a liberação dos valores incontroversos, mediante alvará.
4. Agravo Provido.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e votados estes recursos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **dar provimento** ao agravo de instrumento, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgamento.

Recife, 29 de janeiro de 2014.

Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

Procura a Embargante, resumidamente, em suas razões recursais, apontar o vício da omissão no tocante aos documentos essenciais para o deslinde da controvérsia, com base no art. 525, II, do CPC. Isso porque alega a Embargante que o acórdão não se pronunciou acerca da necessidade de colacionar aos autos cópia da petição apresentada pelo Agravante/Embargado que ensejou a decisão agravada.

Por independer de inclusão em pauta, em atenção ao art. 85, i, RITJPE, apresento em mesa para julgamento.

Nada a aclarar no acórdão embargado, não passando o presente recurso de tentativa inútil de modificar a decisão alcançada, daí seu caráter infringente.

As questões postas na lide recursal foram examinadas e decididas, não havendo omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela Embargante.

A omissão apontada pela Embargante fora tratada em sede de Voto Preliminar (fls. 76/77), além do que toda a documentação juntada foi suficiente para proferir meu entendimento.

Portanto, tem-se que a matéria fora objeto de apreciação tanto por parte de Voto Preliminar, quanto de Acórdão exarado pela 5ª Câmara Cível em julgamento de Agravo de Instrumento.

Outrossim, o Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que “Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal”, revelando-se incabíveis “quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal...” (RTJ 173/29, junho/2000).

Por tais fundamentos, **rejeito** os presentes Embargos Declaratórios.

É como voto.

Recife, 11 de Junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator